



**DONOS DE TERRAS DO CABULA:
DOS NÚCLEOS QUILOMBOLAS ÀS ROÇAS**

Adriano Nascimento Mascarenhas. Universidade Federal da Bahia. adriano.geo@gmail.com

Francisca de Paula Santos da Silva – Universidade do Estado da Bahia. fcapaula@gmail.com

Juciara da Conceição Viana. UNILAB. Viana.jc.20@gmail.com

Luciana C. de Almeida Martins. Universidade Católica do Salvador. luckianas@gmail.com

Rodrigo de Souza Sena. Universidade Católica do Salvador. sena.rodrigo07@gmail.com

RESUMO

O presente artigo intitulado “Donos de terras do Cabula: dos núcleos quilombolas às roças” é resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido no projeto de Iniciação Científica (IC) com o tema “Turismo de base comunitária no cabula: investigação histórica da ocupação e seus impactos locais, visando a organização de rotas turísticas”. A construção do conhecimento sócio-histórico é de grande relevância para a elaboração das rotas turísticas na região do antigo quilombo do Cabula, que compreende todos os 17 bairros localizados no miolo da cidade de Salvador por meio do projeto TBC. Não obstante, o artigo tem por objetivo identificar os primeiros donos de terras da localidade, após o processo de loteamento, ressaltando-se que, como se trata de uma pesquisa em andamento, identificaremos alguns personagens até o momento investigados. A metodologia adotada foi da pesquisa histórica e análise às fontes documentais manuscritas, impressas e cartográficas. Como resultado imediato, o presente estudo está possibilitando conhecer as primeiras ocupações do local que, no final do século XIX e início do século XX, passou de uma ocupação de terras informal para loteamentos, marcando a historicidade e riqueza cultural dessa área pertencente ao Miolo de Salvador.

Palavras-chave: Quilombo do Cabula, Donos de terras do Cabula,

1. INTRODUÇÃO

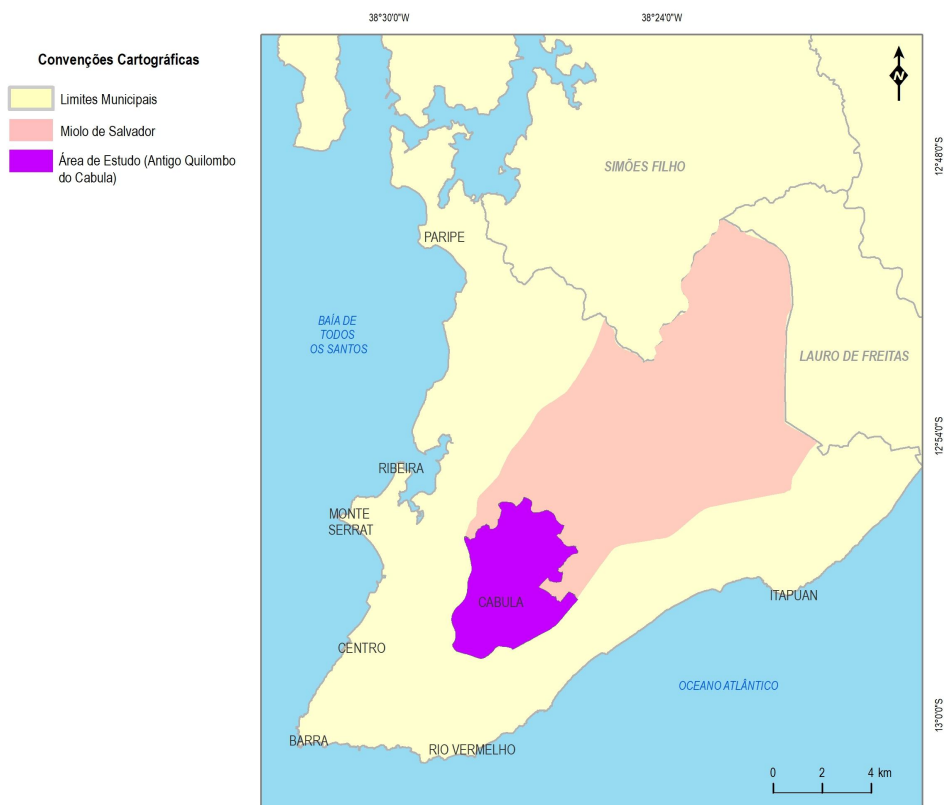
O presente artigo evidencia os resultados parciais de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida desde o ano de 2018 na área do antigo quilombo do Cabula, espaço



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

urbano composto por 17 bairros que se encontram no miolo central da cidade de Salvador, como está indicado no mapa da figura 1 que segue abaixo.

Figura 01: Delimitação da área de estudo.



Fonte: Elaborado por Adriano Mascarenhas com a utilização da base cartográfica da CONDER de 1992 (2017).

Esse espaço significou historicamente um local de resistência negra e até hoje conta com uma herança de matriz africana, fortalecida pelos movimentos sociais presentes na localidade. Representa também a área de atuação do grupo de pesquisa e extensão intitulado “Turismo de base comunitária na região do Cabula e entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativos”, grupo ao qual está ligado este trabalho, e que vem desenvolvendo pesquisas em diversas áreas das ciências humanas e sociais.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

A oferta de produtos turísticos por parte da comunidade demanda um conhecimento aprofundado sobre a história local. Isso demonstra o quão importante é a pesquisa e produção histórica sobre o antigo quilombo do Cabula, para que a comunidade se empodere desses conhecimentos e use a prática do TBC como meio difusor do que foi adquirido. Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é realizar uma investigação histórica sobre os primeiros proprietários de terras da localidade do Cabula, e verificar os impactos sociais e urbanísticos do processo de loteamento no bairro, visando a posterior organização de rotas turísticas.

Para tal, utilizaremos a metodológica da pesquisa histórica, realizando levantamento bibliográfico, para melhor compreendermos o contexto histórico de Salvador no século XIX e entender a dinâmica do Cabula em meio a esse contexto. Também trabalharemos na análise de fontes históricas documental de tipologias variadas, principalmente os registros eclesiásticos de terras e livros de notas (compra e venda de terras), seguido de outros documentos manuscritos e impressos.

A partir da análise dos documentos, até o momento, buscaremos elaborar um mapeamento para representar a espacialização da concentração dos donos das terras, por localidade, da área do antigo quilombo do Cabula. A partir daí, defendemos ser possível tecer algumas considerações sobre os impactos ocasionados nas populações negras que já habitavam no Cabula desde tempos remotos que remetem às formações quilombolas.

Tal pesquisa é uma base importante para a construção e socialização de conhecimento sobre a localidade do Cabula, e com isto, a apropriação e valorização do legado histórico de povos indígenas, africanos e afro-brasileiros pelos seus moradores. Acrescenta-se a relevância deste conteúdo para o ensino de História contextualizado nas escolas das redes de ensino do município e do estado bem como para o desenvolvimento sustentável do local por meio do turismo de base comunitária. Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, os resultados não serão conclusivos, mas funcionarão como parte de um processo que visa, posteriormente, aprofundar nas questões sobre as transformações geohistóricas do bairro a partir da contribuição oral da comunidade.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE SALVADOR E DO CABULA NO SÉCULO XIX



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

A Salvador do início do século XIX era uma cidade comercial e portuária em processo de expansão que, segundo Martins (2017), devido às mudanças econômicas internas e externas, passou a receber um grande número de escravizados de diversas partes de África que transitavam pelas ruas da cidade.

Diante dessa situação, muitas localidades periféricas da cidade foram sendo ocupadas tanto por escravizados fugidos, quanto por libertos que foram marginalizados do sistema vigente. É nesse contexto que se inicia o processo de ocupação e criação de pequenos núcleos de povoados - arraiais - que vão compondo o quilombo do Cabula. Antes de compreender um pouco mais sobre o processo de ocupação da localidade, é preciso entender como estava dividida a organização administrativa e eclesiástica da cidade do Salvador no período de estudo.

Durante o século XIX, a cidade do Salvador se encontrava dividida em vinte freguesias, sendo dez urbanas e dez suburbanas ou rurais. O termo freguesia, como explica Nascimento (2007), possui dois significados: O primeiro administrativo, pois para o governo a região da freguesia era composta por moradores de uma localidade, ligados a uma igreja matriz. Nesse caso, quando as autoridades necessitavam de informações e dados sobre a população de determinada localidade, solicitava ajuda da paróquia responsável.

O segundo significado é eclesiástico, pois a igreja era a responsável por cuidar dos seus fregueses, isto é, população local de “filhos da igreja”. O pároco era orientado para manter a ordem na sua localidade segundo a ética católica, ministrando os sacramentos e atuando na mediação das relações e cotidiano local. (MARTINS, 2017). Sabe-se que nem sempre era possível um controle e centralização das relações nas mãos dos párocos, principalmente nas freguesias ruralizadas e ditas suburbanas. A própria extensão de algumas freguesias, como foi o exemplo de Santo Antônio Além do Carmo na qual estava localizado o Cabula, dificultava um acompanhamento mais próximo da igreja, isso possibilitou que muitas áreas assumissem o caráter de ocupação informal com autonomia religiosa e cultural.

Conforme mencionado acima, o Cabula pertenceu à freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, cuja extensão demandava uma subdivisão em dois distritos. O primeiro caracterizado como urbano, por abrigar áreas com ocupação de maior representatividade,



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

principalmente as localizadas no entorno do centro comercial e administrativo de Salvador. O segundo distrito foi representado por áreas ruralizadas, consideradas pelos habitantes da época como trechos suburbanos/periféricos, nos quais as principais características foram de:

áreas mais afastadas do núcleo urbanizado, menos habitadas, com disposição de moradias mais afastadas e aspectos arquitetônicos humildes que abrigavam em geral pessoas pobres, que não participavam diretamente como produtores que atendiam às demandas do comércio agroexportador.(MARTINS, 2017.p.30).

Como se nota, a produtividade desses espaços baseava-se em roças de frutas e hortaliças que denotavam atividade agrícola de subsistência, com presença de florestas primárias do bioma Mata Atlântica. Esse é o retrato do Cabula, que abrigou, em sua fase inicial, uma pequena população de negros libertos, frutos da segregação socioespacial da cidade, em sua grande área do Miolo de Salvador.

3. O CABULA: DOS NÚCLEOS POPULACIONAIS QUILOMBOLAS ÀS ROÇAS

No início da colonização portuguesa as terras do Cabula foram doadas pelo primeiro governador geral Tomé de Souza à Casa de Niza, ou seja, título nobiliárquico dos descendentes de D. Vasco Luiz da Gama, conquistador lusitano (SOUSA, 1755). Além das terras do Cabula, a VII marquesa de Niza recebeu terras em Itaparica e ilhas do entorno, Rio Vermelho, Arembepe, Capoame, dentre outras localidades (TEIXEIRA, 1978).

Ainda que as terras do Cabula tenham pertencido à referida família nobre, não há indícios que comprovam a efetiva ocupação e utilização do solo pelos membros dessa família. Pelo contrário, foi uma herança administrada à distância, por meio de representantes e procuradores (TEIXEIRA, 1978). Não por acaso, a ausência de fiscalização e má administração na perspectiva senhorial dessas terras da casa de Niza, fez com que essas localidades periféricas fossem ocupadas pelas camadas mais pobres da cidade, como pequenos agricultores e negros libertos. No caso específico do Cabula, a área estava localizada a pouco mais que cinco quilômetros do primeiro núcleo urbano de Salvador e mais ou menos com a mesma distância da Baía de Todos os Santos. Era considerada pelos



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

portugueses como uma localidade inóspita com colinas e morros elevados, originalmente com mata atlântica fechada, rios e pântanos.

Foi em meio a esse contexto espacial que começaram a se formar os primeiros núcleos populacionais informais compostos por negros africanos (vindo da África) e crioulos (nascidos no Brasil), majoritariamente libertos, isto é, ex-escravos que possuíam alforria, mas que passaram a acolher escravizados fugidos do jugo escravista e, por esse motivo, a área foi pejorativamente considerada pelas autoridades como quilombo.

Esses agrupamentos sobreviviam do rico suporte ecológico das terras férteis, isso faz supor que foi possível o cultivo de pequenas roças, a coleta nas árvores frutíferas, a prática da caça e também da atividade pesqueira, uma vez que havia rios e lagoas na localidade. Entretanto, nos documentos de cunho oficial, há o destaque para os ganhos materiais dos quilombolas através de roubos a proprietários de fazendas e assaltos a viajantes que passavam nas proximidades do quilombo (APEB, Cartas a várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808. fl. 97-98).

Sabe-se ainda que esses primeiros habitantes deixaram marcas culturais impressas na localidade, uma vez que os festejos e celebrações foram regados a “danças, vestuários caprichosos”, muita comida, momentos de bênçãos e orações, que faziam parte da vivência e, provavelmente, atraíam visitantes da cidade que ajudavam no quilombo para, em contrapartida, obter ganhos espirituais (AHU. Conselho Ultramarino (BrasilBahia). Cx. 149. n. 29815. Ano 1807). Foram práticas que remeteram as crenças das religiões de matrizes africanas.

O fato é que as riquezas das tradições culturais de matriz africana foram destacadas com desdém e repúdio pelo conde da Ponte (governador da capitania da Bahia na época), que os considerou rituais de “insultos à religião, ataques aos costumes e transgressões de todas as leis, ordens e solicitou providências para a conservação do sossego e tranquilidade pública [...]” (APEB, Cartas a várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808. fl. 97-98). O que serviu de argumento para a implementação da desarticulação das comunidades quilombolas.

A missão de desarticulação do quilombo foi efetivada no dia trinta de março de 1807 sob o comando do capitão de Entradas e Assaltos Severino da Silva Lessa, que contou com o apoio da força militar baiana, extraordinariamente organizada para empreender a destruição



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

dos quilombos localizados no entorno do centro urbano da cidade do Salvador - Bahia. O momento do embate entre os soldados do governo e os comunitários do Cabula foi tenso e, ao final, muitas punições e prisões foram efetuadas. Entretanto, muitos negros conseguiram fugir.

Os homens aprisionados nos quilombos foram conduzidos ao Arsenal e empregados nas obras reais. Enquanto as mulheres foram encaminhadas à cadeia da cidade (AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807).

Após a desarticulação do quilombo do Cabula, as terras oficialmente continuaram sob o domínio, à distância, da nobre família de Niza e, portanto, sem um controle senhorial efetivo. A localidade manteve as características de arraiais ruralizados e não perdeu o caráter de resistência, mesmo sabendo que era prática das autoridades conceder a ocupação de terras quilombolas que foram devastadas, às camadas militares ou quaisquer combatentes que as ocupassem com roças. A preocupação era não deixar as terras ociosas, evitando assim formação de novos ajuntamentos quilombolas.

Outros movimentos de resistência negra marcaram a história do Cabula, nos quais não vamos aprofundar, mas cabe citá-los, como: A atuação de negros do Cabula associados a índios tupinambás que atacaram tropas de brasileiros nos sítios do Saboeiro e Mata Escura durante o processo de guerra pela independência da Bahia, em dezanove de dezembro de 1823. Reis (2003). A formação do quilombo do Urubu, que provocou inquietação na sociedade senhorial e autoridades. Durante a diligência de ataque, foram elucidadas práticas do candomblé nas moradas ocultas pela mata densa do Cabula. As pesquisas realizadas por Reis (2003, p. 102) apontam que foram encontrados objetos de rituais sagrados de matriz africana, como "búzios, chocalhos, atabaques, estatuetas de vacas pintadas de encarnado e um chapéu encarnado com três plumas" e outros objetos. Esse outro quilombo foi desarticulado no ano de 1826.

Em continuidade ao histórico de resistência, não podemos deixar de mencionar que o acolhimento de escravizados por negros forros continuou na localidade, basta lembrar a tão citada, embora não comprovada, história do negro GBeiru, que em 1845 recebe uma parcela de terra do seu senhor Hélio Silva Garcia, dono da fazenda Campo Seco, conhecida como "Capoeirão", e nesta, passa a esconder negros fugidos (SANTOS, 2013).



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

Em meio a tantos relatos e situações de conflitos entre a sociedade e autoridades representantes da classe senhorial e os comunitários das terras do Cabula, percebe-se que a coroa começa a incentivar o loteamento de terras a fim de que os novos proprietários pudessem proteger e evitar conflitos, além de motivar a produção em áreas vazias. Foi nesse contexto que a VII Marquês de Niza, D. Eugenia Maria José Xavier Telles Castro da Gama Ataíde vendeu suas terras herdadas a um grande latifundiário urbano de Salvador, o capitão Thomaz da Silva Paranhos, em 07 de agosto de 1839. (TEIXEIRA, 1978).

Esse contrato de compra e venda vai ocasionar uma transformação sócio-histórica e geográfica do Cabula. Nessa perspectiva, emergem os seguintes questionamentos: Qual a nova configuração espacial do Cabula? A venda das terras ocasionou o fim dos atos de resistência negra? Diante da venda, como ficaram os negros libertos que ocupavam a terra informalmente? Antes de tentar problematizar com base nos questionamentos levantados, entendemos que é necessário conhecer melhor esse primeiro comprador das terras do Cabula.

Thomaz da Silva Paranhos foi um afortunado e respeitável latifundiário urbano durante o século XIX, morador de Itapagipe, pertencente à freguesia da Penha. Sua atuação na cidade do Salvador foi marcada por prestação de serviços de utilidade pública e por sua notável estratégia e articulações comerciais com terras.

No que se refere às ações públicas, o engenheiro Paranhos trabalhou nas obras da cidade como inspetor, a destacar, a obra de construção da Alfândega de Salvador, como foi discorrido na fala do presidente da Província à assembleia legislativa em março de 1863.

Sobre sua trajetória profissional, sabe-se ainda que integrou o corpo militar com patente de coronel e, posteriormente, de brigadeiro. Atuou no corpo de engenheiros, no qual se destacou como diretor do Arsenal de guerra, localizado no Forte da Jequitaia. (Relatório apresentado à assembleia legislativa da Bahia pelo Barão de São Lourenço, presidente da província, em março de 1870). Foi exonerado do referente cargo em 1º de Julho de 1874. (Relatório com que o excelentíssimo senhor Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa abriu a segunda sessão da vigésima legislatura da assembleia legislativa provincial da bahia, março de 1875).

Em função da sua formação, notamos sua exímia habilidade de articulação no processo de compra, venda e arrendamento de terras. Não por acaso, Thomaz da Silva



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

Paranhos foi procurador de importantes autoridades na Bahia e em Portugal. Em 1838, já aparece no jornal Correio Mercantil anunciando a venda de um sítio denominado “Oiteiro”, localizado na Vila de Maragogipe, cuja responsabilidade pela venda era de D. Ursula, moradora local, ou deveria ser tratado no escritório dele. (Correio Mercantil : Jornal Politico, Commercial e Litterario (BA) Janeiro de 1839).

Em outro anúncio do mesmo jornal, Thomaz divulga o arrendamento do “Engenho d’ágoa”, em Mata de São João, pertencente à casa da Ponte. (Correio Mercantil : Jornal Politico, Commercial e Litterario (BA) Maio de 1838).

Em documentos da primeira metade do século XIX, ele já é conhecido como procurador da casa de Niza, administrando os bens para a família que residia em Portugal, conforme já foi comentado neste artigo. Acreditamos que foi essa estreita relação de negócios que potencializou a venda das terras de Niza para este bem relacionado latifundiário urbano.

Além do Cabula, comprou terras de outras áreas do entorno do centro urbanizado da cidade, como Rio Vermelho, Arembepe, Capoame, algumas ilhas (Itaparica, Matarandiba, Ilha da Cal, Ilha de Fora) e terras do subúrbio de Salvador. O autor Cid Teixeira (1978) supõe que a falta de interesse dos herdeiros de Niza, em relação a essas terras, foi devido ao pouco lucro que ofereciam. Sob a posse do capitão Thomaz da Silva Paranhos, as terras do Cabula foram sendo, paulatinamente, fragmentadas em lotes e vendidas ou arrendadas a outros roceiros, conforme podemos observar no mapeamento da figura 02.

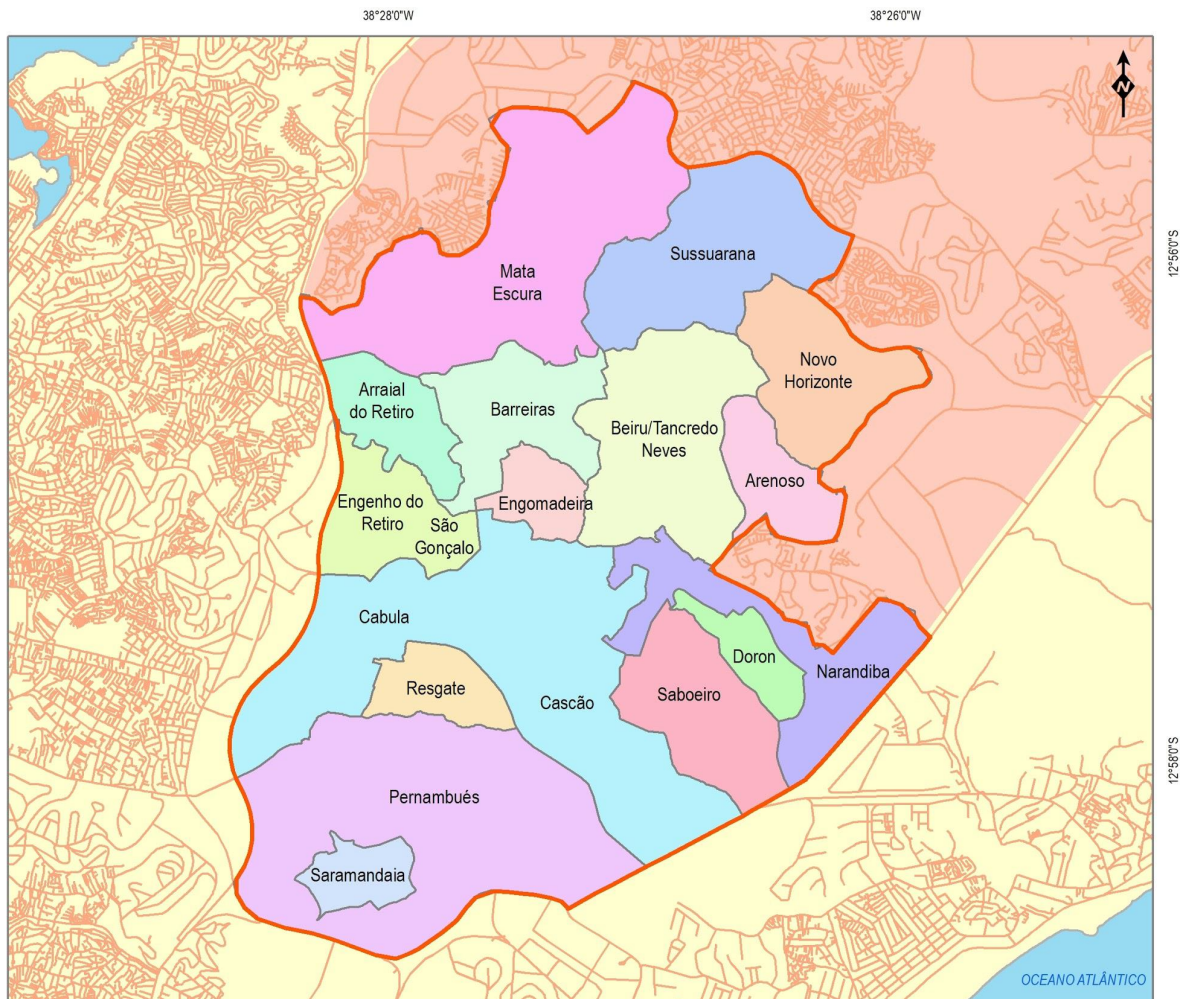
O mapa da figura 02 representa os atuais limites dos bairros, que coincidem com as mesmas denominações das localidades encontradas nos documentos históricos, na qual possibilita análises de concentração de terras e suas devidas posses, que reflete o contexto descrito anteriormente. É imprescindível deixar claro que, como se trata de uma pesquisa em andamento, não apresentaremos informações sobre todos os antigos donos de terras, somente alguns personagens foram pesquisados até momento e serão trabalhados aqui.

Para realizar o levantamento a partir dessa documentação dos registros eclesiásticos de terras e dos livros de notas do Arquivo Público do Estado da Bahia, organizamos um instrumento de pesquisa no formato de quadro, organizado da seguinte maneira: Antigo proprietário; localidade; tipo da terra; tipo da transação, “novo” proprietário e valor da transação com a terra.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

Figura 02: Representação das áreas e respectivos donos de terra por levantamento documental



Cabula

1. Thomaz da Silva Paranhos
2. Manoel Joaquim de Moraes
3. José Pereira S^o. B^a
4. Francisco de Moura Roza
5. Maria Clara Rofina de Argolo
6. Maria Theodora Araujo Goes
7. Lázaro José Jambreiro
8. Coronel José Eloy da Silva
9. Luis Barbosa de Sá
10. Juízo da Província da Cidade
11. Úrsula Maria Soares
12. Joana Roza da Purificação
13. Eduvirgins Maria da Conceição
14. Major Manoel Rodrigues Valença
15. Joaquina de Santa Anna Lobatto
16. João José de Oliveira Junqueira
17. Major Antonio Nunes do Carmo
18. João d' Araujo Jorge
19. Josefa Joaquina de Araujo Goês
20. Francisca Lobato

Cascão

1. Juízo da Província da Cidade
2. Thomaz da Silva Paranhos Saboeiro/Sabueiro
1. Thomaz da Silva Paranhos
2. Antonio Gil Garcia Pacheco (Pai)
3. Domingos Pereira Lisboa
4. José Gomes Pinheiro
5. Anna Lobato
6. Josefa Maria Conceição
7. D. Constança Perpetua Felicidade
8. João Marques dos Santos
9. Gustavo Adolfo Moreira
- São Gonçalo
1. Simão Lopes d'Almeida
2. D. Guilhermina Ferreirada Rocha e D. Anna Ferreira da Rocha
3. Tenente Joaquim Caetano de Almeida Couto
4. Joaquim Caetano de Almeida Couto Junior

Engomadeira

1. D. Romana Bernadina da Silva Rey
2. Thomaz da Silva Paranhos

Engenho do Retiro

1. Câmara Municipal de Salvador

Sobradinho

1. Thomaz da Silva Paranhos que vende para João Simões Coimbra

Tanque das Barreiras

1. Manoel Moniz

Simbologia

- Limites Municipais
 - Miolo de Salvador
- 0 450 900 m

F

onte: Elaborado por Adriano Mascarenhas com base nos registros de terras do séc. XIX.

IX ETBCES - Redes de Colaboração e Desenvolvimento Local Sustentável - De 14 a 18 de de agosto de 2019. Anais publicados sob número de ISSN 2447-0600.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

O preenchimento do quadro, bem como o posterior mapeamento das terras e seus donos, possibilitou a compreensão de que, mesmo tendo se passado doze anos da venda pela casa de Niza, o coronel Thomaz da Silva Paranhos ainda estava em processo de compartimentação e arrendamentos das terras. Nesse sentido, podemos perceber no mapa 02 que este aparece como principal vendedor em quase todas as áreas, inclusive, supõe que muitos dos demais proprietários que aparecem podem ter comprado deste negociante. Outro dado importante foi que este latifundiário realizou aforamentos no valor de 400\$000 réis a negros africanos libertos, Marcos Moura e sua mulher Joaquina de Queiros, nas localidades do Saboeiro e Engomadeira. (APEB, Registro eclesiástico de terras da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Série Agricultura. V. 4797, ano 1857/1863).

Em prosseguimento, verificamos que em uma escritura de venda, datada do dia oito de fevereiro de 1840, uma roça do Cabula denominada Cascão/Sobradinho que foi vendida ao senhor João Simões Coimbra pela quantia de 300\$000 - trezentos mil réis. (APEB, Seção Judiciário, Série Livro de notas, 268, 1838-1841, fl. 162v-163r). Neste mesmo documento, insurgem denominações de outros roceiros que possuíam terras também no Cabula, que eram limítrofes às do Cascão, como as terras do senhor Gustavo Adolfo Moreira e outra pertencente ao senhor Domingos Pereira Lisboa, localizadas nas proximidades do Saboeiro. (APEB, Seção Judiciário, Série Livro de notas, 268, 1838-1841, fl. 162v-163r).

As famílias que se destacaram como possuidoras de grandes lotes de terras na localidade são: Lobatto nas áreas do Cabula e Cascão; família Araújo Goes na área do Cabula e Almeida Couto em São Gonçalo.

Sobre a primeira família, representada pelas proprietárias Joaquina de Santa Anna Lobatto, Francisca Lobatto e Anna Lobatto, não possuímos muitas informações neste momento da pesquisa. Sabemos que essas possuíam sítios e terrenos, os quais deixaram de herança, possivelmente para seus filhos. Todavia, a Francisca Lobatto realizou a venda de um terreno no Cabula por 1:776\$976 réis ao Sr. Rafael Ariane (APEB, Registro eclesiástico de terras da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Série Agricultura. V. 4797, ano 1857/1863), um italiano que chegou a Bahia no ano de 1840 com toda sua família, fugindo da crise que assolava a Europa no período e do domínio austríaco da região. Judeu, encontrou



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

na cidade do Salvador, além de paz, uma oportunidade de sobrevivência sua e de sua família. Inicialmente, passou a residir na Freguesia da Conceição da Praia, onde começou a fazer pequenas transações comerciais até estabelecer uma Casa de Leilões em uma das mais movimentadas ruas da atual Cidade Baixa, sendo a primeira casa de leilões de Salvador. Ariane, aproveitando a grande demanda que existia nesse segmento no comércio de Salvador, conseguiu acumular uma quantia considerável de bens, além de conquistar certo prestígio na sociedade da época em diversas camadas sociais e, posteriormente, vem a se tornar um grande empresário do setor de transportes do século XIX. (SAMPAIO, 2005).

A família Araújo Goes, representada por Maria Theodora Araújo Goes, Josefa Joaquina de Araujo Goes, também se destacou como grande proprietária de terras do Cabula. Provavelmente, suas terras se localizavam na denominada “Baixa do Cabula”, composta por terrenos nas proximidades do rio Camurajipe - Rua da Valla. A suposição parte da informação de que as terras foram transferidas como herança, e um dos herdeiros é o José de Barros Reis, em que atualmente, a antiga propriedade desse senhor de terras, é conhecida como Avenida Barros Reis. (APEB, Registro eclesiástico de terras da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Série Agricultura. V. 4797, ano 1857/1863).

A família Almeida Couto, representada pelo Tenente Joaquim Caetano de Almeida Couto e seu filho, possuiu parcelas de terras/fazenda, em São Gonçalo, numa área conhecida como “Girão”. A família possui extensa carreira militar, o filho foi lotado no 4º Batalhão de Infantaria da guarda nacional (Jornal diário da bahia, maio de 1889) e atuou também como juiz de paz da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia (Jornal diário da bahia de julho de 1889). Já o pai, além de militar, trabalhava como coletor de taxas provinciais (Jornal Correio mercantil, 6 de novembro de 1838), além de possuiu uma padaria na Rua Nova do Areal (Almanak Administrativo, Commercial e Industrial : Para o anno de 1873, Quinquagésimo Segundo da Independencia e do Império (BA) - 1872) e vender capim da sua propriedade no Cabula. (O Guaycuru : Os princípios são tudo, os homens pouco (BA) - 13 de março de 1856).

Os inúmeros donos de terras que aproveitaram o momento propício aos loteamentos, aos poucos, passaram a imprimir uma nova configuração espacial na grande área do Antigo quilombo do Cabula. A transformação não será brusca, mas novas divisões vão surgindo em



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

meio à mata densa, e a visibilidade às propriedades privadas conduz á reflexão de que alguns negros libertos também buscaram a inserção nessa diferente fase da localidade, porém, a grande maioria continuará a impetrar seus processos de resistência nas áreas mais escondidas e de acesso restrito, tais como Barreiras, Mata Escura, Beiru, Arenoso, Campo Seco (Cabula VI), dentre outras.

4. ALGUNS RESULTADOS DO ESTUDO

A partir da atividade de pesquisa e estudo empreendido, podemos indicar alguns resultados que emergem da análise dos dados. Sendo assim:

- Consideramos que mesmo com as mudanças contextuais identificadas a partir do momento em que o coronel Thomaz da Silva Paranhos compra as terras do Cabula da casa de Niza, nota-se que a localidade continuou a conservar suas características de uma zona rural e periférica ao núcleo urbanizado da cidade do Salvador.
- Notamos também que a compartimentação das terras em loteamentos caracterizadas como roças, terrenos, chácaras, fazendas e raros engenhos, não potencializaram o início da urbanização do local, assim, nesse momento histórico, os impactos dessa transformação são de caráter social, que vai refletir nas comunidades carentes e negras que habitavam o local.
- Com base nos estudos de algumas famílias e personagens que compraram terrenos, roças e/ou fazendas na localidade, é perceptível que muitos se utilizaram do momento para fazer investimentos, não se nota o efetivo interesse dessas famílias, muitas vezes abastardas, em ocupar as terras. Provavelmente, os poucos que a ocuparam eram pequenos produtores e mesmo libertos que compraram. Os demais seguiam a lógica de acúmulo de terras perpetrada desde o processo colonialista.
- As áreas negociadas, de acordo com a documentação dos registros eclesiásticos de terras e dos livros de notas, são mais as áreas do Cabula, Saboeiro, São Gonçalo e Engomadeira. Os arraiais e sítios resistentes das Barreiras, Mata Escura, Beiru e Campo Seco (atual Cabula VI), não aparece nos registros de terras, o que não significa que eram terras vazias, pelo contrário, levantamos a hipótese de que houve a continuidade de habitação informal dos negros libertos. Essa constatação converge com depoimentos de antigos moradores da localidade ao



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

afirmarem que, a maior concentração de roças de laranjais do Cabula estavam na Estrada principal (Atual Rua Silveira Martins), São Gonçalo e Saboeiro. Nesse sentido, não foi por acaso que muitas comunidades tradicionais, históricas e resistentes de terreiros, estão alocadas nessas comunidades que não foram ocupadas por roças loteadas.

6. CONCLUSÃO

Até o presente momento, esta etapa da pesquisa alcançou grande parte da coleta de fontes documentais, bibliográficas que são a base de todo o trabalho. É evidenciado que a história do Cabula possui períodos distintos e bem característicos: um primeiro período com evidente teor de resistência de núcleos quilombolas, nos quais as terras foram ocupadas por povos segregados do meio urbanizado da cidade. No segundo momento, os loteamentos passam a demarcar e privatizar áreas, mesmo quando seus donos não residiram na localidade. Os que habitavam, sendo pequenos e médios proprietários, passaram a produzir gêneros alimentícios para o seu sustento da sua família, além de abastecer os armazéns da cidade.

Diante do exposto, confirma-se que a pesquisa documental é eficaz e foi fundamental para entender o contexto geohistórico da área do antigo quilombo do Cabula. Foi possível identificar a distribuição e concentração dos donos de terras por diversas localidades e atuais limites dos bairros, marcado por um momento histórico de parcelamentos, compra e venda de grandes porções de terras por poucas pessoas socioeconomicamente favorecidas. Isto na prática fortalecerá as atividades do Turismo de Base Comunitária ao esclarecer também que esta localidade de Salvador como reflexo de uma cidade colonial e que, desde o momento em que os escravos eram mercadorias até os dias atuais, este espaço Cabula traduz conhecimento, cultura e resistência. Apesar do atual modelo de produção e uso do espaço favorecer e evidenciar a verticalização habitacional de grande porte, as comunidades tradicionais de resistência negra permanecem e foram fundamentais para a constituição da diversidade, riqueza sociocultural e fortalecimento econômico.

REFERÊNCIAS

IX ETBCES - Redes de Colaboração e Desenvolvimento Local Sustentável - De 14 a 18 de agosto de 2019.
Anais publicados sob número de ISSN 2447-0600.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

COSTA, A. M. L. R.; **Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX**. 1989. Dissertação (Mestrado) - Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

FERNANDES, Rosali Braga. Las políticas de la vivienda em la ciudad de Salvador e los procesos de urbanización popular em el caso del Cabula. Feira de Santana: UEFS, 2003, p.173-176.

FERNANDES, Rosali Braga. Periferização socioespacial em Salvador: análise do Cabula, uma área representativa. Salvador: UFBA, 1992.

MARTINS. L. C. A.; **História Pública do quilombo do Cabula**: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária. 311f. il. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

NASCIMENTO, A. A. V.; **Dez freguesias da Cidade de Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX, Col. Bahia de Todos. Salvador: EDUFBA, 2007.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, F. P. S.; MATTA, A. E. R.; COIMBRA DE SÁ, N. **Turismo de Base Comunitária no Antigo Quilombo Cabula**. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 79-92, ago. 2016.

SAMPAIO, C. N.; **50 anos de urbanização**: Salvador da Bahia no século XIX. 50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX. Versal, Rio de Janeiro, 2005, 294 p.

SANTOS, Elisabete (org). O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2ª ed, 2013. p. 140.

SILVA, C. C. e. **Os Segadores e a Messe**: o clero oitocentista na Bahia. Salvador. EDUFBA, 2000.

SOUSA, António Caetano de. **Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal**. 3.ª Edição, 1755. Disponível em:

https://books.google.com.br/books/about/Memorias_historicas.html?id=8tcFAAAAQA-AJ&redir_esc=y Acesso em: 02/11/2014.

TEIXEIRA, Cid. As grandes doações do 1º governador. Terras do Rio Vermelho ao Rio Joanes: Conde da Castanheira, Garcia D'Ávila e Senado da Câmara". In: TEIXEIRA, Cydelmo (coord.). **A Grande Salvador. Posse e Uso da Terra**. Projetos Urbanísticos Integrados. Coleção projetos urbanísticos integrados. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978. Capítulo III. p. 7.

IX ETBCES - Redes de Colaboração e Desenvolvimento Local Sustentável - De 14 a 18 de agosto de 2019.
Anais publicados sob número de ISSN 2447-0600.



Fontes Históricas Documentais

AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807.
AHU. Conselho Ultramarino (Brasil-Bahia). Cx. 149. n. 29815. Ano 1807.
APEB, Cartas a várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808. fl. 97-98.
APEB, Cartas a várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808. fl. 97-98.
APEB, Seção Judiciário, Série Livro de notas, 268, 1838-1841, fl. 162v-163r.
APEB, Seção Judiciário, Série Livro de notas, 268, 1838-1841, fl. 162v-163r.
APEB, Registro eclesiástico de terras da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Série Agricultura. V. 4797, ano 1857/1863.

Fontes Históricas Impressas

- Fala do presidente da Província à assembleia legislativa em março de 1863.
- Relatório apresentado à assembleia legislativa da Bahia pelo Barão de São Lourenço, presidente da província, em março de 1870.
- Relatório com que o excelentíssimo senhor Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa abriu a segunda sessão da vigésima legislatura da assembleia legislativa provincial da bahia, março de 1875.
- Almanak Administrativo, Commercial e Industrial : Para o anno de 1873, Quinquagésimo Segundo da Independencia e do Império (BA) – 1872.
- Correio Mercantil : Jornal Politico, Commercial e Litterario (BA) Janeiro de 1839.
- Correio Mercantil : Jornal Politico, Commercial e Litterario (BA) Maio de 1838.
- Jornal diário da bahia, maio de 1889.
- Jornal diário da bahia de julho de 1889.
- Jornal Correio mercantil, 6 de novembro de 1838.
- O Guaycuru : Os princípios são tudo, os homens pouco (BA) - 13 de março de 1856.